



AS PRECARIIDADES E IMPUNIDADES DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICO BRASILEIRO

Vol. 1 nº 1 jan./jun. 2006

p. 89-92

*Adriéle Cristina de Souza*¹

*Orientador: Gilmar Henrique da Conceição*²

A violência, um dos problemas sociais mais alarmantes de nossa época, vem sendo discutido num caráter equivocado tanto pela mídia quanto pelos representantes do Estado. Nos discursos divulgados nas campanhas ao combate da violência, envolvendo alguns setores da sociedade civil e dos meios de comunicação, encontramos inúmeras pessoas “ansiosas pela paz”, indo às ruas em forma de manifestação, sem atentarem para os fatores geradores da marginalidade e da violência.

No Brasil, apegou-se a idéia de que somente com uma legislação mais dura, combateremos o problema dos altos índices de violência. Eis o equívoco, pois o combate à violência não será alcançado tão somente através da legislação, pois é um problema relacionado à segurança, à saúde e ao desenvolvimento social, e para ser combatido, deve ser enfrentado pela máxima competência do Estado com a implantação de políticas sociais.

Em nosso país o custo da violência corresponde a 10,5% do PIB (produto interno bruto) e os gastos com problemas de saúde relacionados à violência chegam a 1,9% do PIB, segundo um relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), tais dados demonstram o quanto é mal aplicado o dinheiro na área de segurança. Pouco se investe na formação dos profissionais da segurança, deixando assim, tanto os cidadãos, quanto os próprios profissionais em risco, outra má aplicação é em relação ao salário destes policiais, enquanto um policial militar em início de carreira ganha cerca de mil reais, um delegado da polícia federal em seu auge de carreira, recebe onze mil reais, o mesmo que um ministro do Supremo Tribunal Federal, podemos notar resultados, na precariedade de veículos, na pouca verba para combustíveis e o armamento de nossa polícia.

Um fato agravante, e pouco discutido pela mídia e pelo governo, mas que vem acontecendo constantemente, são os abusos contra os direitos humanos que a própria polícia vem praticando, o que não é novo se voltarmos ao século XIX, onde a polícia atuava capturando e punindo, de maneira implacável, os escravos fugidos com 200 chicotadas, neste período a mesma começa a agir em prol de uma classe poderosa tornando-se uma inimiga da classe menos favorecida, assim, desde a escravidão, a polícia praticava a violência, usando de tortura como um aparelho repressor do estado.

Um estudo divulgado pelo Ouvidor da Policia, analisou laudos de 222 pessoas e concluiu que 51% das pessoas que foram atingidas o foram pelas costas, 23% receberam de cinco a mais disparos e que mais da metade destas vitimas não possuíam os precedentes criminais. Dados estatísticos da Ouvidoria da Policia de São Paulo apontam que cerca de 60% das pessoas que foram mortas pela policia militar não possuem antecedentes criminais, no caso dos homicídios 52,6% correspondem com tiros pelas costas, 55,8% dos atingidos não estavam em flagrante delito, das 193 ocorrências 43,5 não tiveram testemunhas, 45,9% eram jovens de 18 a 25 anos e 11% eram menor de idade.

Há levantamentos que apontam que há 1500 policiais acusados de crimes graves em percentuais isto equivale a 3% do efetivo da policia (SECCO, 1999:83). Para cada denuncia de crime contra um investigador de policia de há treze denuncias contra um delegado, no estado de São Paulo 60% das quadrilhas investigadas que estão envolvidas em praticas de crime organizado tem o envolvimento de policiais.

Numa analise feita em um banco de dados sobre pessoas mortas durante patrulhamentos da PM pela cidade de São Paulo, de abril de 1970 a julho de 1992, foi ressaltado que de 1979 a 1982 os policiais militares mataram cerca de 300 pessoas por ano, no ano de 1985, a policia militar matou 580 pessoas, em 1991 foram cerca de 1000 pessoas, concluiu-se então que no período entre 1970 a 1992 a policia militar em São Paulo matou cerca de 7500 a 8000 pessoas, segundo o banco de dados consultado 65% das vitimas da PM identificadas, eram pessoas comuns sem antecedentes criminais, em sua maioria composta por jovens pobres de periferia, trabalhadores sem especialização, negros ou mulatos. Os dados demonstram o quanto à violência é um problema de ordem social, e que mesmo que se criem inúmeras leis, elas por si só, não poderão mudara a situação, já que grande parte da cúpula da criminalidade esta composta, por aqueles que estão incumbidos de manter a ordem e a paz.

Não se trata de uma generalização, onde os profissionais da segurança em totalidade sejam corruptos e que todas as vitimas de violência sejam inocentes, obviamente que a situação não é assim, sabemos da existência de excelentes profissionais que desempenham seu trabalho com seriedade e profissionalismo, sabe-se também das precariedades, dos baixos salários, no entanto, não podemos desconsiderar, o outro lado, daqueles que não cumpriram seu trabalho com seriedade e profissionalismo, fazem uso de torturas, propinas, causando a morte, de pessoas inocentes causando medo, pânico e principalmente, a desesperança dos cidadãos, que ao depararem-se com esta situação critica, começam a não mais se assustarem com os altos índices de homicídios, assaltos, seqüestros, deixando assim de manifestar seus anseios e de lutar por uma situação melhor.

O estado é quem deve tomar iniciativas com maior solidez e partir para ações mais concretas, o governo Lula, apresenta uma ausência de uma política articulada de segurança pública, e esta ausência contribui sobremaneira para o excessivo aumento da criminalidade, a idéia de que a lei nº 10,826/2003, do “Estatuto do Desarmamento”, por si só baniria das ruas do país, a insegurança e o medo são um exemplo, de que o estado deve tomar outro enfoque, além da legislação.

A redução da criminalidade necessita de uma restauração das autoridades, e da competência administrativa, é preciso definir de forma correta as prioridades para o aumento dos recursos, ter-se mais rigor ético e valorização dos profissionais da segurança e principalmente, o Estado não deve restringir-se à geração de expectativas, elaboração de leis, de promessas incumpríveis, que não passam de mentiras e bravatas.

Não há sociedade, e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta (HOBBS, 1974:80).

Este pequeno estudo desenvolvido, apoiado em várias pesquisas, índices e estatísticas, mostrou que o sistema carcerário brasileiro entrou em colapso e tem explodido em inúmeras rebeliões. Tais rebeliões praticamente dobraram em número e se tornaram cada vez mais violentas, a partir de 2003, particularmente.

A cada mês, cerca de nove mil (9.000) pessoas adentram e cinco mil e quinhentas (5.500) saem das prisões. Portanto, para suprir o déficit mensal de três mil e quinhentas (3.500) vagas o Brasil precisa construir sete (7) penitenciárias de quinhentas (500) vagas por mês, ao custo de R\$ 15 milhões cada uma.

Desse modo, o sistema brasileiro de segurança pública precisaria investir R\$ 1,2 bilhão, atualmente, para suprir o déficit de vagas existentes no sistema carcerário. Todavia, o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) teve a sua disposição, em 2004, somente R\$200 milhões para investir, dos quais somente R\$120 milhões na construção de novos presídios. Como agravante deste quadro terrível, o número de prisões em regime fechado elevou-se significativamente nos últimos anos. Conseqüentemente, o déficit de vagas nos presídios subiu de 57 mil (57.000) em 2002 para 116 mil (116.000.00) em 2003.

Observemos, rapidamente os números: em 1992, o Brasil registrava setenta e quatro (74) presos por 100 mil habitantes (correspondendo, portanto, a uma taxa de 0,07% da população). Em 2003, o índice subiu para trezentos e oito (308) presos por 100 mil habitantes (correspondendo por sua vez a uma taxa de 0,18% da população). Estes números nos permitem concluir que, provavelmente, ao final de 2007, o Brasil ter 476 mil presos. O número de pessoas presas em nosso país elevou-se de

240 mil em 2002 para 308 mil em 2003, enquanto a oferta de vagas aumentou pouco, passando de 182 mil para 191 mil no período, a menor variação desde 1995.

Do total de detentos, 130 mil encontram-se em São Paulo, a segunda maior população carcerária da América Latina, perdendo apenas para a Cidade do México (177 mil). Mais de 50% dos presidiários brasileiros são jovens com menos de 25 anos de idade, dos quais próximo de 90% são do sexo masculino, de baixa escolaridade, pobres, negros ou pardos.

Como vimos, só medidas duras não resolverão, efetivamente, o problema da violência e da marginalidade.

REFERÊNCIAS

CONCEICAO, Gilmar Henrique da. Os partidos da marginalidade e as escolas do crime. In: **Revista Varia Scientia** n. 01, p. 19-27, 2001.

CONCEICAO, Gilmar Henrique da. **O Partido militar e as escolas do exército: A educação e a formação militar**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **Partidos políticos e Educação: A extrema es-querda e a concepção de partido como a gente educativo**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Documento do Centro de Justiça Global, 2000. **Violência e Criminalidade**.

Documento do Centro de Justiça Global, 2000. **A luta contra a criminalidade exige uma revolução no país mas pode ser feita**.

Documento do Centro de Justiça Global, 2000. **Violência policial 2000**.